

GÊNERO E TEORIA *QUEER*¹

GENDER AND QUEER THEORY

Teresa de Lauretis²Tradução de Gabriel Bosco Vaz da Silva³ <https://orcid.org/0000-0001-8920-1500>Revisão de Leonardo Lemos de Souza⁴ <https://orcid.org/0000-0002-3331-1847>

Recebido em: 11 de novembro de 2020.

Primeira Revisão: 07 de janeiro de 2021.

Segunda Revisão: 20 de março de 2021.

Aprovado em: 03 de agosto de 2021.

 <https://doi.org/10.46401/ardh.2021.v13.12446>

1 Esta conferência, pronunciada no dia 29 de abril de 2014, no **Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini**, na cidade de Buenos Aires, é uma versão de outras intervenções anteriores. Parte das seções dedicadas ao “Gênero”, formaram parte da conferência magistral sucedida na Universidad Nacional de Córdoba, no dia 24 de abril de 2014, com o título “Os equívocos da identidade”. As seções centradas na teoria *queer* provêm de uma conferência ocorrida na Espanha, em 2011, e logo depois publicada em Lauretis (2011, p. 298- 311).

*Tradução do original em espanhol sob o título **Género y teoría queer**, publicado no dossiê “Teresa de Lauretis en Buenos Aires” da revista **Mora** (e-ISSN: 1853-001x), Buenos Aires, n. 21, p. 107-118, 2015. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/mora/article/view/2402>. A conferência em que este texto foi apresentado (em espanhol) pode ser conferida no YouTube, canal **culturalcoop**, publicada em 29 de abril de 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=SY_5x0BdlFk. Uma versão de um texto anterior da autora fora publicado em **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**, organizado por Heloisa Buarque de Holanda (Editora Bazar do Tempo, 2019), traduzido por Pê Moreira. (Nota do Editor)

2 Doutora em Línguas Modernas e Literaturas pela Universidade Bocconi (Milão/Itália). Professora Emérita no History of Consciousness Department, Universidade da Califórnia (Santa Cruz), Estados Unidos.

3 Graduado em Letras Português e Espanhol pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/ Assis); mestrando em Letras pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). E-mail: gabriel.silva29@estudante.ufla.br

4 Psicólogo e Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista - UNESP, Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e Livre-docente em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Estadual Paulista - UNESP. Realizou estágio pós-doutoral e visitas técnicas na Universitat de Barcelona (2013-2016), Universidad Complutense de Madrid (2017) e na Universitat Autònoma de Barcelona (2018). Foi professor visitante na Universidad de Santiago de Chile (2019) e na Universidad Alberto Hurtado (2019). Atualmente é Professor Associado da Universidade Estadual Paulista - UNESP atuando na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Campus de Assis) e no Programa de Pós-Graduação em Educação (Campus de Marília). E-mail: leonardo.lemos@unesp.br

RESUMO: Este artigo trata sobre o percurso da teoria queer, desde os anos 1990, e o atual debate sobre a política antissocial da teoria *queer*. Abordando o pensamento interdisciplinar do qual o debate sobre gênero iniciou a discussão acerca de uma teoria de gênero queer, a crítica da autora está, sobretudo, no cerne do significado do pensamento queer enquanto uma teoria da prática, contanto que a sua relação com as práticas - através do debate - possa traduzir com êxito as pretensões desse pensamento, ou seja, que gênero e sexualidade são coisas distintas. A partir do confronto de ideias entre Estudos Culturais, Ciências Sociais e Psicanálise, a autora busca criticar o estabelecimento do *queer* como mais uma identidade no espectro do gênero. Dessa forma, compreende-se que o debate ainda está em devir.

Palavras-chave: estudos de gênero; teoria *queer*; feminismo, sexo.

ABSTRACT: This article deals with the course of queer theory, since the 1990s, and the current debate about queer theory's antisocial policy. By the interdisciplinary thinking from which the debate on gender initiated the discussion about a queer gender theory, the author's criticism is, above all, at the heart of the meaning of queer thinking as a theory of practice, as long as its relation with practices - through debate - can successfully translate the claims of that thought, that is, that gender and sexuality are different things. Based on the confrontation of ideas between Cultural Studies, Social Sciences and Psychoanalysis, the author seeks to criticize the establishment of queer as another identity on the gender spectrum.

Keywords: gender studies; queer theory; feminism; sex.

Fui educada formalmente na Itália, mas a maior parte de minha pesquisa foi realizada nos Estados Unidos, em um terreno cultural e político, às vezes, cruzado por eventos na Europa (como, por exemplo, os movimentos estudantis e de mulheres no final dos anos 1960 e início dos anos 1970). Foram momentos abertos às transformações, inovações e, em particular, aos discursos institucionais e às práticas de gênero.

Nos Estados Unidos, na década de 1960 e princípios da década de 1970, o ativismo político entrou nos *campi* universitários com os movimentos da contracultura (o movimento pela liberdade de expressão "Free Speech Movement", os movimentos feministas, o movimento dos Panteras Negras), o protesto massivo de estudantes e professores contra a guerra do Vietnã, assim como a invasão de Camboja pelos Estados Unidos. Nesse cenário, os estudantes se politizaram e exigiram cursos com conteúdos então não considerados acadêmicos, por um lado; por outro, estavam relacionados com os movimentos sociais que agitavam a esfera pública na época. Pelo fato das universidades estatais americanas seguirem as regras do mercado capitalista, apareceram, rapidamente, programas de graduação em estudos da mulher (*Women's Studies*), em cultura popular, em estudos afro-americanos, americanos nativos, *chicanos* e latinos.

O conceito de gênero foi introduzido e articulado por pesquisadoras feministas em diversos campos disciplinares, no âmbito do *Women's Studies*; e era o eixo central, o elemento coeso da crítica feminista ao patriarcado ocidental. Gênero ou "sistema sexo-gênero", como o chamavam as antropólogas feministas, foi o quadro em que as feministas analisaram a definição sócio-sexual da Mulher como divergente do padrão universal que o Homem era. Em outras palavras, gênero não pertencia ao homem, gênero era a marca da mulher, a marca de uma diferença que implica a condição de subordinação das mulheres à família e à sociedade, devido a um conjunto de características relacionados à sua constituição anatômica e fisiológica – características tais como a inclinação ao cuidado, à maleabilidade e ao fisiológico... Não seria necessário prosseguir, vocês sabem o que quero dizer. Gênero, como o entendiam as pesquisadoras feministas, era a soma dessas características, quer tivessem alguma base na natureza ou que fossem inteiramente impostas por condicionamento cultural e social. Em relação a esse tema, houve muitos debates e divisão no movimento, mas em ambos os casos, naquela época, gênero significava uma estrutura social opressiva para as mulheres.

Os chamados *Gender Studies*, ou estudos de gênero, foram desenvolvidos mais tarde, em parte como uma crítica ao feminismo e à ênfase separatista que os estudos sobre mulheres tinham naquela época. Certamente, não foi uma coincidência que o estudo dos homens e das masculinidades foi e segue sendo uma preocupação importante dos estudos de gênero. Os estudos lésbicos e gay aconteceram posteriormente aos programas universitários, provavelmente devido ao seu interesse pela sexualidade, e os estudos *queer* não apareceram até meados da década de 1990.

Foi nesse contexto que, em meados da década de 1980, propus a ideia de uma "tecnologia de gênero"⁵. Eu me perguntava: se o gênero não é uma simples derivação do sexo anatômico, mas uma construção sociocultural: como se realiza aquela construção? Parecia-me que o gênero era uma construção semiótica, uma representação ou, melhor dito, um efeito composto de representações discursivas e visuais que, seguindo Michel Foucault e Louis Althusser, vi emanar de várias instituições – a família, a religião, o sistema educacional, os meios, a medicina, o direito, porém, também, de fontes menos óbvias: a língua, a arte, a literatura, o cinema, dentre outras. No entanto, o fato de ser uma representação não impede de ter efeitos reais, concretos, ambos sociais e subjetivos, na vida material dos indivíduos. Pelo contrário, a realidade do gênero consiste precisamente nos efeitos de sua representação: o gênero se "realiza", se torna real, quando essa representação se converte em autorrepresentação, quando se assume individualmente como forma de sua própria identidade subjetiva e social. Ou seja, o gênero é tanto uma atribuição como uma apropriação: outros me atribuem um gênero e eu o assumo como meu – ou não.

Sabemos sobre isso na atualidade. Mas gostaria de retornar brevemente a esses anos para ressaltar que o entendimento atual do conceito de gênero possui suas origens no movimento das mulheres e os estudos feministas, muito antes da mudança institucional aos estudos de gêneros propriamente. Quero destacá-lo porque essa história está desaparecendo: em uma década ou mais, talvez ninguém se lembre de que o conceito crítico de gênero - a ideia de que os indivíduos são de fato constituídos como sujeitos por gênero - não existia antes que a teoria feminista o elaborasse como uma nova forma de saber, uma prática epistêmica que surgiu no quadro de um movimento político de oposição radical.

Talvez o ensaio mais influente sobre gênero tenha sido **The Traffic in Women**⁶, de Gayle Rubin,

5 Teresa De Lauretis publicou uma série de ensaios sobre o tema "Tecnologias de Gênero" que estão reunidos no livro DE LAURETIS, Teresa. **Technologies of Gender**. Indianapolis: Indiana University Press, 1987. O primeiro texto **Gender Technology**, foi traduzido em língua portuguesa para a coletânea: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. (Nota do Revisor)

6 Este ensaio, assim como o ensaio "Pensando o Sexo: notas para uma teoria radical da sexualidade", foram traduzidos por Jamille Pinheiro Dias para a língua portuguesa e reunidos em: RUBIN, Gayle. **Políticas do Sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2017. (Nota do Revisor)

que definiu a implicação mútua de sexo e gênero no conceito do sistema sexo-gênero. O ensaio foi publicado em 1975 em uma coletânea que tem o sugestivo título **Toward an Anthropology of Women**. Rubin, antropóloga feminista, inicia seu ensaio afirmando que “Um ‘sistema sexo-gênero’ é o conjunto de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e no qual essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1975). Após estabelecer um debate entre Claude Lévi-Strauss e Jacques Lacan, algo virtualmente sem precedentes nos escritos feministas da época, Rubin conclui em sua sinopse do relato de Freud sobre a sexualidade feminina com a afirmação – um tanto surpreendente – que “psicanálise é uma teoria do gênero” (RUBIN, 1975). Supreendentemente, primeiro, porque Freud quase nunca falou de gênero (a palavra alemã *Geschlecht* não distingue gênero de sexo) e, seguidamente, porque a mesma Rubin, dez anos depois, drasticamente, separou o gênero do sexo.

Em um ensaio intitulado **Pensando sexo: notas para uma teoria radical da sexualidade**, Rubin (1989) afirma que “uma teoria autônoma e uma política específica da sexualidade devem ser desenvolvidas separadamente da crítica feminista do gênero”, visto que o gênero é a estrutura social de opressão das mulheres. Por sexualidade, Rubin claramente quer dizer atos sexuais ou comportamento sexual, em particular práticas sadomasoquistas entre homens, os quais a autora devia pensar que não tinham relação com a psicanálise... Seu equívoco é ilustrativo de como a precoce crítica feminista lia Freud de maneira altamente seletiva e reduzida (não sendo diferente, nesse sentido, da cultura americana em geral).

No entanto, a ideia de Rubin que *gênero* e *sexualidade* devem ser diferenciados conceitualmente segue sendo fundamental para o estudo dos processos sociais, por exemplo, as relações entre política e teoria. Isso é o que vou expor, nesta apresentação, tomando como exemplo o atual debate sobre a política antissocial da teoria *queer*.

A expressão “teoria *queer*” nasceu em 1990 como tema de um *workshop* que organizei na Universidade de Califórnia, em Santa Cruz. O termo *queer* possui uma longa história, em inglês existe desde mais de quatro séculos, e sempre com denotações e conotações negativas: estranho, esquisito, excêntrico, de caráter duvidoso ou questionável, vulgar⁷. Nos romances de Charles Dickens, *Queer street* denominava uma parte de Londres em que vivia gente pobre, doente e endividada. No século passado, depois do celebre juízo e posterior aprisionamento de Oscar Wilde, a palavra *queer* se associou principalmente com a homossexualidade como estigma. Foi o movimento de liberação *gay* da década de 1970 que converteu o termo em uma palavra de orgulho e um signo de resistência política. Igualmente aos termos *gay* e *lésbica*, *queer* designou, em primeiro lugar, um protesto social, e somente em segundo lugar uma identidade pessoal.

Quando organizei o *workshop* (*working conference*) intitulado “*Queer Theory*”, para mim a teoria *queer* era um projeto crítico, cujo objetivo era desfazer ou resistir à homogeneização cultural e sexual no âmbito acadêmico dos “estudos *lésbicos e gay*”, assim chamados, que se consideravam como um único campo de pesquisa. Mas é claro que não era assim: *gays* e *lésbicas* tinham histórias diferentes, maneiras diferentes de se relacionar e práticas sexuais diferentes. As *lésbicas* não eram, naquele tempo, os principais objetivos das estratégias de comercialização de “um estilo de vida” *gay* (saunas abertas 24h horas por dia, cruzeiros e pacotes de férias, moda). Além disso, as *lésbicas* tinham uma forte relação com o movimento feminista,

⁷ Etimologia provável: da raiz ‘t (w) erk’, que dá no alemão moderno *quer* (*qwer* em alemão antigo), que significa oblíquo, diagonal, inclinado; em neerlandês *dwaars*; em inglês (*to*) *thwart*, em latim *torcere*. *Teoria torta: preconceitos e discursos em torno “da homossexualidade”* é o título de livro publicado em Madri, em 1998, pelo editor Siglo Veintiuno, citado por Sáez, Javier (2004). **Teoria queer e psicanálise**, Madri, Síntesis.

ainda que às vezes fosse conflituosa. Certamente, as questões das diferenças raciais e éticas, explanadas pelos coletivos de lésbicas negras, *chicanas* e latinas em sua crítica ao feminismo branco, moldariam o feminismo da década de 1980 e das próximas décadas.

Meu projeto de “teoria *queer*” consistia em iniciar um diálogo entre lésbicas e homens gays acerca da sexualidade e nossas respectivas histórias sexuais. Esperara que, juntos, quebrássemos os silêncios que se haviam construídos nos estudos lésbicos/gay em torno da sexualidade e sua relação com o sexo/raça (por exemplo, o silêncio em torno das relações interracialis ou interétnicas). As duas palavras, teoria e queer reuniam a crítica social, o trabalho conceitual e especulativo que implica a produção do discurso. Contava com esse trabalho coletivo para poder “construir outro horizonte discursivo, outra maneira de pensar o sexual” (LAURETIS, 1991, p. 11).⁸ Embora não fosse um projeto utópico, naquele momento eu ainda imaginava que as práticas teóricas e as práticas políticas eram compatíveis. Pensando na evolução subsequente da teoria *queer*, já não tenho mais certeza.

O diálogo que eu esperava não ocorreu, ainda que fossem publicados trabalhos individuais sobre sexualidade gay e lésbica, em particular o livro **Homos** (BERSANI, 1996) e meu próprio livro **The Practice of Love: Lesbian Sexuality and Perverse Desire** (LAURETIS, 1994). Ao longo dos anos de 1990, a alarmante propagação da epidemia de AIDS solicitou a atenção dos movimentos sociais e da mídia. O trabalho de grupos como, por exemplo, *AIDS Coalition to Unleash Power*⁹ (ACT UP) e *Queer Nation* tornaram a importância da prevenção espetacularmente visível em todos os setores sociais, ampliando o leque de identidades sexuais não normativas. A política da sexualidade que Rubin (na década de 1970) e eu (na década de 1990) esperávamos passou a ser uma política das identidades de gênero: os termos que surgiram em relação às práticas de disputa, desconstrução ou resignificação de gênero colocam o gênero como a medida da identidade da pessoa.

Atualmente, o discurso de gênero ofuscou ou negligenciou a problemática da sexualidade e a dimensão sexual da identidade, a qual era tão importante para a geração de Stonewall, nas décadas de 1970 e 1980. Paradoxalmente, isso acontece mesmo que a sigla usada em muitas partes do mundo, LGBTI (lésbica, gay, bissexual, transexual e intersexual), faça referência a identidades sexuais não normativas. Além disso, o atual termo *queer*, embora retenha parte de sua conotação histórica de desvio sexual, tornou-se uma identidade de gênero, ou seja, fica aquém do que é específico da sexualidade, o polimorfo perverso de Freud, que Mario Mieli na Itália e Guy Hocquenghem na França voltaram a teorizar durante a radical e visionária da década de 1970.¹⁰

Por que o gênero se tornou uma marca privilegiada de identidade? Por que as políticas de gênero substituíram as políticas sexuais? Acho que a resposta a essa questão tem a ver com sexualidade no sentido freudiano, a copresença de pulsões conflitantes na psique individual, com seu caráter obstinado e, muitas vezes, destrutivo, e as dificuldades que isso causa tanto ao indivíduo quanto à sociedade.

Se a primeira contribuição de Freud para a epistemologia moderna é o conceito de inconsciente (*das Unbewusste*), o segundo deve ser o da sexualidade infantil, ou seja, uma sexualidade de pulsões parciais, polimórficas, auto-eróticas, não reprodutivas e sem normas.

É um lugar-comum dizer que a sexualidade infantil se desenvolve em duas fases sucessivas, a fase oral e a fase anal, que precedem o desenvolvimento de órgãos sexuais e o surgimento de certos hormônios na puberdade. O lugar-comum implica que apenas o último realmente conta, ou seja, a sexualidade é a sexualidade genital adulta. Mas esse ponto de vista popular e médico é contradito por considerações óbvias: as manifestações infantis de prazer sexual, oral e anal permanecem totalmente ativas na sexualidade adulta; além disso, esses e outros chamados impulsos parciais podem realmente ser mais poderosos do que a

atividade genital. É o caso, por exemplo, do que Freud chama de perversões e a psiquiatria atual chama de parafilias: fetichismo, exibicionismo, voyeurismo, sadismo, masoquismo, pedofilia, zoofilia, necrofilia, coprofilia e urofilia, para citar alguns. Portanto, entre os comportamentos sexuais conhecidos, há vários que remontam claramente aos prazeres da infância e produzem satisfação sexual, mesmo independentemente da atividade genital.

O termo parafilia foi adotado pelo Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais da Associação Psiquiátrica Americana (DSM III) em 1980, relata John Money:

No momento de sua fundação, no final do século XIX, a sexologia fez a sua entrada no sistema de justiça criminal através da psiquiatria forense, notavelmente sob a tutela de Richard von Krafft-Ebing (1886-1931). A psiquiatria forense tomou emprestada a nomenclatura do direito para classificar os agressores sexuais como desviados sexuais e pervertidos sexuais. A psiquiatria forense também usou do controle do código penal para a sua lista oficial de perversões. Mais tarde, os termos perversão e desvio resultaria no termo parafilia. (MONEY, 1999, p. 55)¹¹

A parafilia pode soar mais neutra, menos “patologizante” do que a perversão, mas ainda nomeia comportamentos sexuais que são considerados anormais. O normal não é tema de debate em direito penal ou psiquiatria forense. E talvez nos lembremos que o próprio John Money iniciou a prática clínica, agora comum em muitos países do ocidente, para tratar crianças intersexos, nascidas com múltiplos órgãos genitais ou com genitais que a medicina considere indeterminados¹² – tratá-los com cirurgia ou hormônios para “normalizar” os seus corpos, quer como corpos femininos, quer como corpos masculinos¹³.

Ao contrário da psiquiatria, a psicanálise não se preocupa com a normalidade, a normalidade sexual. Ao contrário, para Freud, a sexualidade é a dimensão mais complexa de vida humana, variando da perversão à neurose e até à sublimação; é compulsiva, não contingente e não incurável. Com a psicanálise, a teoria queer poderia alargar o seu leque de preocupações a todas as formas de comportamento sexual; não classificar ou criminalizar, não “proteger a sociedade” ou para apoiar os laços sociais, mas para compreender as suas condições de possibilidade. Isso é assim porque a sociedade – todas as sociedades – contém tanto força negativa quanto positiva. Ao teorizarmos sobre sociabilidade e afetividade em comunidades queer local e globalmente, os aspectos compulsivos, perversos e ingovernáveis da sexualidade que nos confrontam na esfera pública, na família e também em nós mesmos não podem ser ignorados. O problema está em como levantar uma sociabilidade queer feita de vínculos afetivos e, ao mesmo tempo, impulsos contrassociais? Como podemos pensar juntos, por exemplo, os casamentos de pessoas do mesmo sexo e a prática masculina desprotegida de sexo anal (*barebacking*) ou o assassinato em série e a busca de comunidade espiritual?

A teoria freudiana da sexualidade levanta a hipótese da presença de duas pulsões ou forças psíquicas

11 Agradeço por esta referência a Timothy N. Kohs, doutorado em History of Consciousness, Universidade da Califórnia, Santa Cruz.

12 Apesar de ser uns dos primeiros a cunhar e trabalhar com o conceito de identidade de gênero, bem como desenvolver processos e técnicas para resignação de gênero, John Money teve seu trabalho amplamente criticado pela comunidade científica em razão das intervenções que realizava sem o participação dos pacientes no processo e dada a sua ênfase no sexo como base de definição do gênero. O caso David Reimer é o mais famoso de seus pacientes, que ainda bebê perdeu o pênis em uma cirurgia de circuncisão, fora submetido por Money a terapias hormonais e cirurgias de adequação genital e corporal para o gênero feminino. Isso levou David Reimer, anos mais tarde, a cometer suicídio. Para mais detalhes sobre o debate das relações entre sexo e gênero ver FAUSTO-STERLING, Anne. **Sexing the Body: gender politics and the construction of sexuality**. New York: Basic Books, 2000. (Nota do Revisor)

13 A noção médica do gênero, distinguido do sexo, aconteceu em 1915 a partir do britânico Blair Bell, um especialista em pessoas intersexuais. Ver: Dreger (1998) e Castel (2003).

opostas, coexistindo e agindo juntas, mas de forma diversamente combinadas em diferentes momentos da vida psíquica de cada indivíduo. Os impulsos de vida são energias psíquicas ligadas a objetos (pessoas, ideias, até ideais) e, portanto, são apego, vínculo social, criatividade. Nesse sentido, Freud os nomeou usando o termo platônico *Eros* e especificou: “o *Eros* dos poetas e filósofos” (FREUD, 1978). A pulsão de morte, por outro lado, é pura negatividade, é a energia psíquica desvinculada de qualquer objeto, inclusive do mesmo eu, que diminui coerência e, portanto, a coesão do social. Freud, certamente, não era otimista. Sua teoria não oferece soluções práticas – e essa não era sua intenção – mas, precisamente, porque sua teoria é especulativa, não sistemática e até mesmo contraditória, permanece aberta para o novo. E assim, por exemplo, no que diz respeito à questão de gênero e sua complexa relação sexual.

Ao contrário da psicologia, a psicanálise não lidou com o conceito de gênero. No entanto, recentemente, Jean Laplanche, psicanalista e professor de psicanálise na Universidade de Paris, leitor atento de Freud, introduziu a questão do gênero na psicanálise no contexto de sua própria teoria da sexualidade (ou sedução generalizada). Colocando de forma muito simples, Laplanche sustenta que a sexualidade não é inata, não está presente no corpo quando nascemos, mas vem do outro, dos adultos, e é um efeito de sedução. A sexualidade é implantada no recém-nascido, o bebê – um ser sem linguagem (*in-fans*) e inicialmente sem eu – para as ações necessárias de cuidados maternos: alimentação, cuidados com a higiene, etc.; ações que são necessárias por causa da prematuridade do ser humano recém-nascido, que não pode sobreviver sem um adulto para alimentá-lo, mantê-lo aquecido, saudável e confortável. Na mãe e em outros cuidadores adultos, esses atos são acompanhados por investimentos emocionais conscientes e também por fantasias inconscientes que são transmitidas ao bebê como mensagens enigmáticas ou significantes enigmáticos; enigmático não só porque o bebê é incapaz de traduzi-los, mas porque estão imbuídos das fantasias sexuais conscientes e inconscientes dos adultos, pais ou cuidadores. No bebê, esses significantes enigmáticos intraduzíveis são sujeitos à repressão primária e constituem o primeiro núcleo do inconsciente da criança.

Com o crescimento da criança, o eu é formado e desenvolvido, produzindo traduções parciais, mas há também resíduos sem traduções, os quais permanecem inscritos no aparato psíquico do indivíduo como pegadas mnêmicas ou memória não recordável de excitações e prazeres corporais. Tais resíduos enigmáticos atuam, diz Laplanche (1992), “como uma lasca na pele” ou poderíamos dizer, como um software ou vírus instalado em um computador: ainda estão vivos, embora não detectados, e são reativados na sexualidade adulta, às vezes, em formas que nos parecem vergonhosas ou inaceitáveis. É daí que vêm os conflitos, morais ou neuróticos, que todos vivemos em nossa vida sexual.

O gênero, por outro lado, é uma manifestação do eu consciente ou pré-consciente. Ainda que venha do outro, pois é atribuído pelos pais ou médicos, muitas vezes antes do nascimento. O gênero não é, como a sexualidade, o implante somático de uma excitação psicofísica particularmente insistente nas chamadas zonas erógenas; não é implantado de maneiras que a criança não possa compreender e às quais ela possa apenas reagir. O gênero requer ação por parte do menino ou da menina; ele ou ela tem algum papel a desempenhar na construção do gênero, o qual eles devem assumir, isto é, eles devem torná-lo seu por meio de um processo de identificação. A identificação como menina ou menino – uma vez que nenhuma outra alternativa é oferecida na infância – geralmente ocorre muito cedo, mesmo antes da descoberta das diferenças anatômicas. Nos anos subsequentes, essa identificação pode ser confirmada e se tornar uma identidade de gênero ou pode ser desafiada, rejeitada ou transferida para outro sexo.

Sem dúvida, as fantasias conscientes e inconscientes de pais, irmãos e outros membros da família desempenham um papel, de fato um papel determinante, nas identificações e não-identificações de gênero do menino ou da menina e, portanto, nas múltiplas articulações da identidade de gênero na vida adulta. Mas em todos os casos, as identificações iniciais e posteriores identidades de gênero requerem a participação do

eu, ainda que seja apenas um eu infantil. Em suma, enquanto a sexualidade é implantada no recém-nascido como uma excitação psicofísica que o bebê não pode controlar ou metabolizar e, portanto, permanece inconsciente, a identificação de gênero é um processo consciente ou pré-consciente no qual a criança participa ativa e alegremente.

Laplanche foi o primeiro, possivelmente o único teórico psicanalítico, a abordar a questão de gênero diretamente. Em primeiro lugar, ele aponta que o gênero é múltiplo, uma vez que diferentes identificações de gênero podem coexistir na mesma pessoa, porém a categoria social de gênero é binária, masculino ou feminino, porque o gênero é atribuído com base no sexo anatômico ou, melhor, na percepção de que os adultos têm dele que, por sua vez, é baseado na visibilidade do órgão genital externo. Por esse motivo, a categoria de gênero como a categoria de sexo cai sob a lógica binária do falo – com ou sem, masculino ou feminino – uma lógica que, em seu binarismo rígido e viés genital, apagam ou negam o polimorfismo e, acima de tudo, dimensões *inconscientes* da sexualidade.

Em segundo lugar, Laplanche destaca a tendência de privilegiar o gênero em discursos ocidentais sobre identidade e postulam que o deslocamento da questão da identidade sexual à identidade de gênero é um sinal de repressão (*refoulement*), a repressão da sexualidade infantil e sua substituição por gênero como uma categoria mais aceitável para adultos e sua autocompreensão. “Eu acho”, ele escreve, “Que mesmo em nosso tempo, a sexualidade infantil é o mais repugnante para a visão adulta. Ainda hoje, o que é mais difícil de aceitar [para os adultos] são os chamados ‘maus hábitos’ da infância”¹⁴ (LAPLANCHE, 2007, p. 157). (Pense no filme de Almodóvar, *La mala educación* e seu engenhoso jogo de palavras, precisamente sobre os maus hábitos aprendidos na escola).

A importância do trabalho de Laplanche para a teoria *queer* é que ela articula as relações entre a sexualidade e gênero como resultado da interação de três fatores: o gênero, o sexo (anatômico-fisiológico) e o propriamente sexual, isto é, sexualidade como um efeito de repressão, fantasia e o inconsciente. Laplanche está de acordo com os pesquisadores que dizem que a identidade de gênero é anterior à identidade sexual, mas discorda da conclusão de que o gênero organiza a sexualidade¹⁵. Laplanche argumenta que, ao contrário, enquanto o gênero é adquirido muito cedo, seus significados só são claros para o menino ou menina com a percepção do sexo, ou seja, com a diferença anatômica sexual e, portanto, com a entrada em jogo do complexo de castração. Ele ressalta que, embora muitas questões e dúvidas tenham sido levantadas sobre a universalidade do complexo de castração, a lógica binária predominante na cultura ocidental, também, parece reinar no nível do indivíduo, visto que as memórias que surgem durante a análise estão ligadas a esse complexo.

Aqui Laplanche acrescenta algo que, vindo de um psicanalista, me parece bastante excepcional: “O que o sexo e seu braço secular, poderia dizer, o complexo de castração, tendem a reprimir, é o sexual infantil. Reprimi-lo é precisamente criá-lo reprimindo-o”¹⁶ (LAPLANCHE, 2007, p. 173). Parafraseando: tanto a instituição social do sexo-gênero quanto o conceito psicanalítico de complexo de castração *que a justifica e a faz cumprir* (tanto que é “seu braço secular”) têm o efeito de reprimir, conter ou restringir o sexual que foi a descoberta fundamental de Freud: a sexualidade perversa e polimorfa que é oral, anal, para-genital, não reprodutiva; uma sexualidade que antecede a percepção das

14 “Je crois que, même de nos jours, la sexualité infantile proprement dite est ce qui répugne le plus à la vision de l’adulte. Encore aujourd’hui, le plus difficilement accepté, ce sont les ‘mauvaises habitudes’, comme on dit”.

15 Cf. Person e Ovesey (1984).

16 “Ce que le sexe et son bras séculier, pourrait-on-dire, le complexe de castration, tendent à refouler, c’est le sexuel infantile. Le refouler, c’est-à-dire précisément le créer en le refoulant”.

diferenças de sexo e gênero e que, em última instância, é irreprimível por eles. Irreprimível porque ela é reprimida, isto é, inconsciente, fora do âmbito do eu, e ainda assim capaz de ser reativada. Essa sexualidade, então, não termina com a puberdade, mas persiste na vida adulta de várias maneiras.

Para destacar essa concepção específica de sexualidade, Laplanche cunha o neologismo francês *le sexual* (com 'a' em vez de 'e', *sexual* em vez de *sexuel*) da palavra *Sexualtheorie*, que Freud usa em sua obra inaugural **Três ensaios de teoria sexual** (1905). Freud pontua: *sexual* distingue o propriamente sexual de *Geschlecht*, a palavra alemã que significa "sexo/gênero", e não brinca dizendo: "Seria impensável para Freud intitular sua obra 'Três ensaios de teoria do gênero'".

Laplanche argumenta que os conceitos de complexo de castração, como, por exemplo, o de Édipo e o assassinato mítico do pai, são esquemas narrativos pré-formados, códigos mítico-simbólicos transmitidos e modificados pelas culturas, que ajudam "o pequeno sujeito humano a ligar e simbolizar, ou "[...] traduzir, as mensagens enigmáticas e traumáticas do outro adulto"¹⁷ (LAPLANCHE, 2007, p. 212). Isso ajuda a criança a encontrar um lugar na família, na comunidade, o *socius*. Embora Laplanche indique ironicamente que nada é menos sexual do que o mito de Édipo ou a tragédia de Sófocles. Essas estruturas narrativas coletivas, assim como outras estruturas semelhantes em outras culturas, não estão inscritas no aparelho psíquico do lado do reprimido, como comumente se supõe, mas do lado do que reprime (*non pas du côté du refoulé, mais du refoulant*). Em outras palavras, elas se inscrevem não do lado do sexual, se não do lado que reprime o sexual, dando origem à neurose ou, no melhor dos casos, do lado do que freia o sexual, o contém, organiza e, em última análise, o dessexualiza em nome do apego, do laço social, da família, da procriação, do futuro.

A ironia dessa proposta de um teórico psicanalítico é evidente, uma vez que os conceitos de falo e complexo de castração são os alicerces de todo discurso psicanalítico, mesmo o de Freud, por exemplo, como em seus escritos posteriores sobre a sexualidade feminina. Parece, portanto, que essas noções psicanalíticas infames – infames para feministas e outros estudiosos do gênero – não são inimigas, mas aliadas do gênero; são instrumentais na construção do gênero, afirmando-o e reafirmando-o quando necessário. Se o complexo de castração e o complexo de Édipo são instrumentais na construção do gênero e, por isso, eles produzem mulheres e homens, identidades, comportamentos e hierarquias sociais ao reprimir o sexual, o sexual reprimido deve ser levado em conta como um componente problemático e não reconhecido da identidade e da sociedade.

Deixe-me colocar desta forma: podemos privilegiar o gênero e podemos refutá-lo, ressignificá-lo ou transcendê-lo, mas o que cria perturbação é o sexual – suas dimensões reprimidas e inconscientes, suas dimensões perversas, infantis, vergonhosas, nojentas, destrutivas e autodestrutiva – que a identidade pessoal raramente admite e que o discurso político sobre gênero deve se esquivar completamente, a fim de alcançar aceitação social e reconhecimento legal de novas identidades de gênero ou em mudança.

O discurso das identidades sexuais ou de gênero tem sido político desde o seu início, seja conservador nos estudos "cientificamente neutros" de Money e Stoller, ou explicitamente rebelde, na crítica feminista das décadas de 1960 e 1970, que apresentou o gênero, pela primeira vez, como uma estrutura social opressiva. Essa compreensão crítica de gênero, alcançada no contexto de um movimento feminista inicialmente radical em oposição à sociedade patriarcal, foi a base de todas as práticas de desconstrução de gênero e dos discursos que se seguiram em seu rastro. Hoje, temos muitas identidades de gênero, LGBTQI+, mas a questão

17 "[...] le petit sujet humain à traiter, c'est-à-dire à lier et symboliser, ou encore à traduire, les messages énigmatiques traumatisants qui lui viennent de l'autre adulte."

política das identidades sexuais, especialmente aquelas estigmatizadas como parafilias ou distúrbios de identidade, ainda ficam presas no sexual.

O mal-estar da civilização, na visão de Freud, consiste em um paradoxo fundamental: as instituições da sociedade civil, a família, a educação laica e a religião têm por objetivo coibir ou conter o sexual e canalizá-lo para o vínculo social e o bem comum. O tabu do incesto serve para realizar o parentesco e criar o vínculo social; o complexo de Édipo para unir o apego à reprodução sexual e social; e o complexo de castração para organizar o gênero e garantir uma articulação fluida do trabalho reprodutivo. O paradoxo é que a contenção do sexual, o que Freud chamou de repressão, também produz a sexualidade como algo mais do que sexo, como sintoma, compulsão, agressão. Freud também mostrou como o eu realiza a repressão psíquica com mais eficiência do que o estado realiza a repressão política.

A negatividade inerente a esta visão da sociedade humana está em conflito com a política das identidades ou, na verdade, com qualquer política, se entendermos por política uma ação destinada a atingir um objetivo social, seja o bem comum ou o bem de alguns. O conflito entre sexualidade e política está no cerne do que chamei de equívocos de gênero, a confusão entre gênero e sexualidade. Acredito que esse mesmo conflito permeia o debate atual sobre a política antissocial da teoria *queer*.

"A tese antissocial na teoria *queer*" (CASERIO, 2006, p. 819-828) foi associada pela primeira vez à teorização feita por Leo Bersani em **Homos** (1996) das práticas sexuais gays como "anticomunitárias, anti-identidade e autodissolução". Nos últimos quatro ou cinco anos, a tese antissocial da teoria *queer* foi identificada com um livro polêmico de Lee Edelman intitulado **No Future** (2008) e subtulado **Teoria Queer e a pulsão de morte**. Edelman propõe o *queer* ("queerness" ou *queerdade*) como a figura de uma postura ética contra o "futurismo reprodutivo" da sociedade atual, representado pela imagem mediada da Criança (*Child*), que representa a possibilidade do futuro, de um mundo melhor, a sobrevivência da humanidade e da própria vida. Sua antítese é que o *queer*, principalmente o gay, os homossexuais que não se reproduzem, representados na cultura como narcisistas, antissociais e portadores da morte.

No Future (2008) estimula que as pessoas *queer* rejeitem a ordem social heteronormativa, na qual a violência e o assassinato são realizados em nome dessa Criança (*Child*) e, de modo desafiador, estimula a abraçar uma identificação com a pulsão de morte como uma figura do dismantelamento da identidade individual e da ordem social em que vivemos. Para Edelman, em uma perspectiva psicanalítica inspirada em Lacan, o *queer* (*queerdade*) denomina a negatividade da pulsão, o antissocial que está na sexualidade ou, em suas palavras, "a pulsão de morte que sempre informa a ordem simbólica" como inerente a cada sujeito individual (EDELMAN, 2008, p. 25). Embora os termos de Edelman sejam de Lacan, não de Freud, seu argumento segue o que acabo de descrever como o paradoxo da visão de sociedade de Freud: a estagnação da civilização, a obstrução ao progresso que a própria civilização produz ao reprimir o sexual. Paradoxalmente, o sexual, excluído pelo vínculo social, permanece no social como excesso indomável e irreprimível, força de conflito, desprendimento e desagregação. Essa é a negatividade da pulsão de morte. O livro de Edelman, ao ligar a teoria *queer* e a pulsão de morte, primeiro reivindica a sexualidade para a teoria *queer* e, em seguida, empurra os limites conceituais do pensamento *queer* para além da zona de conforto do princípio do prazer.

A controvérsia sobre esse livro aumentou as apostas políticas na comunidade *queer*. Por um lado, há quem propõe uma utopia *queer*, que imagina *queer* como a possibilidade de um futuro coletivo melhor ou escreve sobre "otimismo *queer*" e sobre como "pensar para se sentir melhor" no presente¹⁸. Por outro lado, há quem pense que o livro de Edelman não é suficientemente político e prefere "uma formulação política mais explícita do projeto antissocial", que articula as formas de "uma negatividade política explícita"

18 Cf. Muñoz (2009) e Snediker (2008).

(HALBERSTAM, 2006, p. 823). A frase “negatividade política” aponta para outro equívoco: a política não é negativa, mas positiva em sua essência e, mais ainda, quando é de oposição. O confronto, oposição ou antagonismo político é tudo menos antissocial; na verdade, é constitutivo de uma sociedade democrática. O que é antissocial ou contrassocial é a sexualidade, o princípio do prazer e, sobretudo, a pulsão de morte.

Em relação ao livro de Edelman, pode-se fazer a pergunta que Judith Halberstam levanta brevemente sobre **Homos** (BERSANI, 1996): pode-se “identificar uma trajetória política em um projeto radicalmente não teleológico”? (HALBERSTAM, 2006, p. 823). Essa questão é tão relevante para **No Future** (2008) quanto para a teoria *queer* em geral. Na medida em que é teoria, isto é, uma visão conceitual, uma visão crítica ou especulativa do lugar da sexualidade no social, a teoria *queer* não é um mapa ou um programa de ação política. Isso não quer dizer que não possa existir uma política *queer* não teleológica; ao invés disso, é necessário algum tipo de tradução de um para o outro, uma tradução é necessária da abstração da teoria ou filosofia para a ação concreta da política.

Não tenho uma tradução a oferecer sobre a teoria *queer*, mas sei que isso foi feito, em outro período histórico, com pelo menos uma outra teoria. Como observa Stuart Hall, Antonio Gramsci rearticulou ou traduziu conceitos marxistas como o dos modos de produção ou o das forças e relações de produção, de seu “nível mais geral de abstração” na formulação de Karl Marx, a um nível de concreção e especificidade adequado para uma determinada conjuntura histórica. Os conceitos de Gramsci, portanto, embora derivados dos de Marx, foram projetados para funcionar em um nível de concretude histórica e ainda assim eles continuam a “trabalhar dentro de seu campo de referência” (HALL, 1996, p. 414-415).

Stuart Hall argumenta em seu ensaio que o trabalho de Gramsci foi relevante não apenas para a política dos operários de fábrica italianos nas primeiras décadas do século XX, mas também “para o estudo de raça e etnia” nas últimas décadas desse século. Espero que a teoria *queer* encontre tradutores de semelhante magnitude.

Referências

BERSANI, Leo. **Homos**. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

CASERIO, Robert. The Antisocial Thesis in Queer Theory. **Modern Language Association of America**, v. 121, n. 3, p. 819-828, 2006.

CASTEL, Pierre-Henri. **La métamorphose impensable**. Essai sur le transsexualisme et l’identité personnelle. Paris: Gallimard, 2003.

LAURENTIS, Teresa de. **The Practice of Love: Lesbian Sexuality and Perverse Desire**. Bloomington: Indiana University Press, 1994.

LAURENTIS, Teresa de. Identidad de género, malos hábitos y teoría queer. In: ZURÍAN, Francisco A. (Ed.). **Imágenes del Eros: género, sexualidad, estética y cultura audiovisual**. Madrid: OCHO Y MEDIO, 2011.

LAURENTIS, Teresa de. Queer Theory. Lesbian and Gay Sexualities: An Introduction. **Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies**, v. 3, n. 2, p. 11, 1991.

DREGER, Alice Domurat. **Hermaphrodites and the Medical Invention of Sex**. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

FREUD, Sigmund. Más allá del principio del placer. In: FREUD, Sigmund. **Más allá del principio de placer, Psicología de las masas y análisis del yo, y otras obras (1920-1922)**. Buenos Aires: Amorrortu. v. 18.

- HALBERSTAM, Judith. The Politics of Negativity in Recent Queer Theory. **Modern Language Association of America**, v. 121, n. 3, 2006.
- HALL, Stuart. Gramsci's Relevance for the Study of Race and Ethnicity. In: MORLEY, David; CHEN, Kuan-Hsing (Eds.). **Stuart Hall: Critical Dialogues in Cultural Studies**. London: Routledge, 1996).
- HOCQUENGHEM, Guy. **Le Désir homosexuel**. Paris: Fayard, 1972.
- LAPLANCHE, Jean. **Masochisme et théorie de la séduction généralisée, en La révolution copernicienne inachevée: travaux 1967-1992**. Paris: Aubier, 1992.
- LAPLANCHE, Jean. Le genre, le sexe, le sexual. In: LAPLANCHE, Jean. **Sexual: La sexualité élargie au sens freudien: 2000-2006**. Paris: Presses Universitaires de France, 2007.
- EDELMAN, Lee. **No Future: Queer Theory and the Death Drive**. Durham: Duke University Press, 2008.
- LIST REYES, Mauricio; TEUTLE LÓPEZ, Alberto (Coords.). Teoría queer. Sexualidades lesbiana y gay. In: SÁENZ RAMÍREZ, Mauricio (Trad.). **Florilegio de deseos: Nuevos enfoques, estudios y escenarios de la disidencia sexual y genérica**. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2010.
- LLAMAS, Ricardo. **Teoría torcida: prejuicios y discursos en torno a "la homosexualidad"**. Madrid: Siglo Veintiuno, 1998.
- MIELI, Mario. Elementi di critica omosessuale. Milan: Feltrinelli, 2002.
- MONEY, John. **The Lovemap Guidebook: A Definitive Statement**. New York: Continuum, 1999.
- MUÑOZ, José. **Cruising Utopia: The Politics and Performance of Queer Futurity**. New York: New York University Press, 2009.
- PERSON, Ethel; OVESEY, Lionel. Psychoanalytic Theories of Gender Identity. **Journal of the American Academy of Psychoanalysis**, v. 11, n. 2, p. 203-226, 1983.
- RUBIN, Gayle. The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex. In: REITER, Rayna (Ed.). **Toward an Anthropology of Women**. New York: Monthly Review Press, 1975.
- RUBIN, Gayle. Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoría radical de la sexualidad. In: VAN, Carole (Ed.). **Placer y peligro: explorando la sexualidad femenina**. Madrid: Revolución, 1989.
- SÁEZ, Javier. **Teoría queer y psicoanálisis**. Madrid: Síntesis, 2004.
- SNEDIKER, Michael. **Queer Optimism: Lyric Personhood and Other Felicitous Persuasions**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.